

EXECUÇÃO PENAL

EXECUÇÃO PENAL

RODRIGO DUQUE
ESTRADA ROIG

TEORIA CRÍTICA

NOVIDADE DESTA EDIÇÃO:
INCLUSÃO DO CAPÍTULO
20, QUE TRATA SOBRE
SUPERLOTAÇÃO CARCERÁRIA

6ª edição

REVISTA, ATUALIZADA E AMPLIADA

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS
TRIBUNAIS™



Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Diego Garcia Mendonça, Emanuel Silva, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Bárbara Baraldi

Estagiárias: Ana Amalia Strojnowski, Mariane Cordeiro e Mirna Adel Nasser

Produção Editorial

Gerente de Conteúdo

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Thyara Pina da Silva

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patrícia Melhado Navarra e Vanessa Mafra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Gabriela Cavalcante Lino e Victória Menezes Pereira

Estagiárias: Bianca Satie Abduch, Gabrielly N. C. Saraiva, Maria Carolina Ferreira e Sofia Mattos

Capa: Lucas Kfoury

Adaptação de capa: Ariel Villa'ba e Cinthia Riveros

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Visual Law: Carolina Assunção, Danielle Castro de Moraes, Maria Angélica Leite, Maria Cristina Lopes Araujo, Renata B. Borowski e Vanessa Mafra

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Roig, Rodrigo Duque Estrada

Execução penal : teoria crítica / Rodrigo Duque Estrada Roig. -- 6. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2022.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5991-364-0

1. Direito penal 2. Direito penal - Brasil 3. Execução penal 4. Penas (Direito penal) 5. Princípio da legalidade I. Título.

21-96557

CDU-343.8

Índices catálogo sistemático:

1. Execução : Legalidade : Direito penal 343.8

Cibele Maria Dias - Bibliotecária CRB-8/9427

SUMÁRIO

PRÓLOGO	5
APRESENTAÇÃO DA 6ª EDIÇÃO	9
INTRODUÇÃO	15
1. PRINCÍPIOS DA EXECUÇÃO PENAL	23
1.1. Princípio da humanidade	24
1.2. Princípio da legalidade	32
1.3. Princípio da não marginalização (ou não discriminação) das pessoas presas ou internadas	38
1.4. Princípio da individualização da pena	48
1.5. Princípio da intervenção mínima	49
1.6. Princípio da culpabilidade	52
1.7. Princípio da lesividade	56
1.8. Princípio da transcendência mínima	56
1.9. Princípio da presunção de inocência	61
1.10. Princípio da proporcionalidade	64
1.11. Princípio da celeridade (ou razoável duração) do processo de execução penal	67
1.12. Princípio do <i>numerus clausus</i> (número fechado)	73
2. NATUREZA JURÍDICA DA EXECUÇÃO PENAL	85
3. JURISDIÇÃO NA EXECUÇÃO PENAL	89
4. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA	93
4.1. Execução provisória de pena restritiva de direitos	97
5. DIREITOS NÃO ATINGIDOS NA EXECUÇÃO	99
6. DISPOSIÇÕES RELATIVAS AOS CONDENADOS E AOS INTERNADOS	119
6.1. Assistência ao preso, internado ou egresso	123

7. TRABALHO PENITENCIÁRIO	135
7.1. Trabalho externo	141
8. DEVERES E DISCIPLINA	147
8.1. Deveres.....	147
8.2. Disciplina.....	149
8.2.1. Poder disciplinar na execução penal.....	154
8.2.2. Faltas disciplinares de natureza grave.....	164
8.2.3. Regime disciplinar diferenciado	192
8.2.4. Transferência e inclusão de presos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima	201
8.2.5. Prescrição de faltas disciplinares.....	203
8.2.6. Sanções disciplinares.....	205
8.2.7. Recompensas.....	211
8.2.8. Procedimento disciplinar	212
9. ÓRGÃOS DA EXECUÇÃO PENAL.....	219
9.1. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária	220
9.2. Juízo da execução.....	221
9.3. Ministério Público.....	223
9.4. Conselho Penitenciário.....	225
9.5. Departamentos Penitenciários	227
9.6. Patronato.....	228
9.7. Conselho da Comunidade	229
9.8. Defensoria Pública	230
10. ESTABELECIMENTOS PENAIS.....	237
10.1. Penitenciária	242
10.2. Colônia Agrícola, Industrial ou Similar	244
10.3. Casa do Albergado.....	244
10.4. Centro de Observação	245
10.5. Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.....	245
10.6. Cadeia Pública.....	247
11. EXECUÇÃO DAS PENAS EM ESPÉCIE	249
11.1. Regimes de cumprimento de pena.....	250
11.2. Crime continuado e concurso formal de crimes na execução penal.....	258
11.3. Progressão de regime.....	263
11.3.1. Requisitos objetivos.....	266
11.3.2. Requisitos subjetivos.....	278
11.3.3. Progressão de regime para preso estrangeiro.....	287

11.3.4. Competência	288
11.3.5. Possibilidade de apreciação de progressão de regime em sede de <i>habeas corpus</i>	289
11.3.6. Progressão para o regime aberto	290
11.4. Prisão-albergue domiciliar	293
11.4.1. Hipóteses de prisão-albergue domiciliar	295
11.4.2. Prisão domiciliar substitutiva da prisão preventiva	298
11.5. Regressão de regime	300
11.6. Autorizações de saída	305
11.6.1. Permissão de Saída	306
11.6.1.1. Características da Permissão de Saída	306
11.6.2. Saída Temporária	307
11.6.2.1. Características da Saída Temporária	308
11.6.2.2. Revogação da saída temporária	315
11.7. Remição de pena	317
11.7.1. Outras hipóteses de remição	334
11.8. Livramento condicional	337
11.8.1. Requisitos objetivos	340
11.8.2. Requisitos subjetivos	347
11.8.3. Condições do livramento condicional	351
11.8.4. Livramento condicional para presos estrangeiros	354
11.8.5. Suspensão do livramento condicional	355
11.8.6. Revogação do livramento	357
11.8.7. Extinção da pena	359
11.8.8. Possibilidade de apreciação de livramento condicional em sede de <i>habeas corpus</i>	360
11.9. Monitoração eletrônica	361
12. REABILITAÇÃO	367
13. PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS	371
14. SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA (SURDIS)	377
15. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA	381
16. EXECUÇÃO DA PENA DE MULTA	383
17. EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA	387
17.1. Prazos da medida de segurança	397
17.2. Prescrição da medida de segurança	400
17.3. Detração da medida de segurança	401

18. INCIDENTES DE EXECUÇÃO.....	403
18.1. Conversões	403
18.2. Excesso ou desvio de execução.....	407
18.3. Anistia	408
18.4. Indulto e comutação de penas	410
18.4.1. Natureza da sentença que concede o indulto e a comutação	413
18.4.2. Indulto e comutação de pena em crimes hediondos.....	414
18.4.3. A relação entre graça e indulto	416
18.4.4. Modalidades de indulto	417
18.4.5. Requisitos subjetivos para a comutação e o indulto	417
18.4.6. Vedações à comutação e ao indulto	419
18.4.7. Exigência de outros requisitos que não estejam no Decreto Presidencial	422
18.4.8. Procedimento	424
19. PROCEDIMENTO JUDICIAL DA EXECUÇÃO, AGRAVO EM EXECUÇÃO E OUTROS RECURSOS	425
20. SUPERLOTAÇÃO CARCERÁRIA COMO MECANISMO DE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: NOVOS PARADIGMAS.....	433
20.1. Paradigma e exemplo para o Brasil	438
20.1.1. Encarceramento em espaços reduzidos	438
20.1.2. Superlotação como forma de tratamento desumano ou degradante	439
20.1.3. Natureza estrutural e sistêmica da superlotação	442
20.1.4. Relativização da relação jurídica entre Estado e indivíduo	444
20.1.5. Ilegalidade do encarceramento em condições precárias ou de superlotação	446
20.1.6. Dever jurídico-constitucional de supressão da superlotação	454
REFERÊNCIAS.....	459